



LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Fã-clubes 1

Ontem pela manhã, diversos políticos compareceram ao evento de entronização da foto de dom Joaquim Justino Canera, na escola que leva o nome como patrono, no Parque Residencial Almerinda Chaves, em Jundiá. O prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) foi um dos últimos a chegar - o atraso se deu por reunião entre os gestores, minutos antes - e foi recepcionado com aplausos e gritaria pelas crianças e jovens da unidade escolar estadual.

Fã-clubes 2

Como um verdadeiro 'pop star', Luiz Fernando parou para tirar selfies com a criança. O prefeito de Jundiá, durante seu discurso, quebrou o protocolo de agradecer as autoridades e, antes, agradeceu a recepção e o bom comportamento das crianças que estavam lá, pois todos estavam respeitosos prestando a atenção no que cada um falava. O prefeito tem mantido intensa agenda com atenção à juventude.

Gafe

Ainda sobre o evento de entronização de dom Joaquim, a organização convidou vários políticos para participarem da mesa como o secretário de Estado da Educação José Renato Nalini, o deputado federal Miguel Haddad (PSDB) e deputado estadual Junior Aprillanti (PSB). O gestor de Educação de Jundiá Oswaldo Fernandes, não foi chamado. Após a gafe, a organização teve de pegar uma cadeira da plateia para o político se acomodar na mesa.

BRT descartado

A obra do BRT anunciada em novembro do 2015, pelo então prefeito Pedro Bigardi (PSD), foi descartada após liminar do Ministério Público. A falta de Plano de Mobilidade Urbana, de EIA/RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), de RAP (Relatório Ambiental Preliminar) e audiências públicas foram fundamentais para a decisão.

Improbidade

A condenação do ex-prefeito de Jundiá, Pedro Bigardi (PSD), por improbidade administrativa, foi publicada no Diário Oficial de ontem. A sentença foi motivada pela contratação de funcionários comissionados que foram para cargos além de chefia, assessoria ou direção. O processo ainda pede a suspensão dos direitos políticos de Bigardi por três anos. Defesa deve recorrer.

Moção

O presidente da Casa de Leis de Jundiá, Gustavo Martinelli (PSDB), é autor da moção de número 18/2017 de apelo ao Congresso Nacional pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 609/2015, que dispõe sobre a aposentadoria dos guardas municipais e agentes de fiscalização de trânsito, nos termos do inciso II do §4º do art. 40 da Constituição Federal.

► CÂMARA DE JUNDIÁ

Vereadores votarão, na sessão ordinária, nove itens, sendo cinco projetos de lei, um veto e três moções

Pauta da sessão lotada, mas nenhum item é polêmico

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

A oitava sessão ordinária da Câmara de Jundiá, amanhã, a partir das 18h, tem nove itens para apreciação dos parlamentares, mas nenhum crítico para discussões. Além de projetos e moções, há veto do Executivo para apreciação dos pares.

Votado neste ano, o projeto 12.166/2017, de autoria do vereador Antonio Carlos Albino (PSB), foi vetado pelo Executivo. O texto, que prevê multa por acionamento telefônico indevido dos serviços de emergência, foi tratado como inconstitucional pela administração municipal, com a justificativa de que o tema, por se tratar de órgãos estaduais (Bombeiros e Samu), exige demanda da esfera da União.

Segundo o presidente da Casa, Gustavo Martinelli (PSDB) apesar de extensão, não deverá haver embates. "A pauta está tranquila, apesar de haver mais itens que nas demais sessões", comenta.

Do vereador Marcelo Gasaldino (PTB), será colocado



ILEGAIS Alguns projetos podem ser retirados da pauta, pois apresentam vícios e ilegalidades, durante a sessão de hoje

em votação o projeto 11.476/2014, que altera a Lei 1.919/72, para prever em placas toponímicas informações sobre a pessoa homenageada. O texto tem parecer contrário da Comissão de Justiça e Redação

(CJR) da casa.

Gastaldo também é autor do projeto 12.196/2017, que exige divulgação, pelo Executivo, da programação de execução de serviços públicos.

O vereador Leandro Palmirini (PV) é autor do tercei-

ro item a ser votado. O projeto 12.116/2016 tem por objetivo instituir na rede municipal de ensino, o programa de sustentabilidade ambiental. "Vou pedir para adiar. Esse projeto precisa ser discutido com o Executi-

vo, já que depende da adoção, por parte da Unidade de Gestão e Educação na grade das escolas municipais", comenta o vereador.

De autoria do vereador Wagner Libagó (PPS), o projeto de lei 12.188/2017, prevê vistorias periódicas em marquises e sacadas foi aprovado pelas comissões a que foi submetido. A justificativa para a apresentação do projeto é do risco que as edificações mal conservadas colocam em risco não só os proprietários dos imóveis, como transeuntes que circulam pelas calçadas. Pelo projeto, o vereador propõe a exigência de vistorias técnicas, que devem ser realizadas por profissional autônomo ou pessoa jurídica regularmente inscrita no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea).

O projeto 12.198/2017 de Cristiano Lopes (PSD) já foi adiado em sessão anterior, entra para votação. O texto institui, na rede municipal de ensino, o Programa "Praça dos Dogs", de conscientização sobre a posse responsável de animais domésticos.

► DIA 11 DE ABRIL

Prefeitura prepara análise de '100 dias' e projeto para o ano

Os primeiros 100 dias de governo de Luiz Fernando Machado (PSDB) na Prefeitura de Jundiá terminam dia 11 de abril. O balanço do período emblemático começou a ser delineado pelos gestores das Unidades, em reunião, na manhã de ontem. A apresentação dos dados contará, também, com o projeto para os próximos 265 dias. O local da coletiva de imprensa ainda não foi definido pela administração municipal, mas, pela Saúde ter sido destaque no trimestre, a apresentação poderá ocorrer em um hospital da cidade.

Segundo o prefeito, a di-

nâmica diferente aplicada ao governo, permite a discussão conjunta das iniciativas. "As ações são intersetoriais, envolvendo várias unidades. A reunião de hoje (ontem) foi para alinhar os resultados e também para projetar o restante dos 265 dias. Os 100 dias formam um período emblemático. Agora, é focar nas próximas ações", comenta.

Luiz não antecipa os resultados, mas afirma que a Saúde foi um dos setores que mais teve conquistas. "Com o programa 'Saúde em Dia' conseguimos reduzir ou quase zerar vários exames e procedimentos. É

um grande avanço para a comunidade", comenta. Segundo informações divulgadas no site da administração municipal, houve redução na fila de espera para consultas em 40%. Já na radiografia, a redução foi de 95%, caiu de 16 mil para 685 pessoas no aguardo.

Questionado sobre a apresentação dos dados, Luiz afirma que não será no Paço. "Poderá ser em um hospital, já que a Saúde teve destaque", despista, sem confirmar se ocorrerá no Hospital Regional (HR), já marcando a parceria entre município e Estado, pela ampliação do atendimento.

► PREVIDÊNCIA ESTADUAL E MUNICIPAL

Governo dá seis meses para reforma

O presidente da República, Michel Temer, quer dar um prazo de seis meses para que os governos estaduais e municipais aprovem uma reforma previdenciária para seus servidores. O governo federal fará uma emenda ao texto que tramita no Congresso Nacional, adicionando essa sugestão. De acordo com a nova proposta, estados e municípios se submeterão à regra federal, que atualmente tramita na Câmara dos Deputados, caso não façam a própria reforma no tempo determinado.

Na semana passada, Temer anunciou que estados e municípios seriam retirados do projeto de reforma que tramita na Câmara, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016. A avaliação do Planalto e dos deputados federais é que os governadores estavam "muito à vontade", sem precisar passar pelo desgaste de rever seus próprios sistemas de Previdência. A

saída dos servidores municipais e estaduais poderá acelerar os debates e a tramitação do projeto, na avaliação do governo.

A ideia de definir um prazo para que os entes federados organizem suas propostas surgiu de uma reunião ocorrida nesse fim de semana entre o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o secretário da Previdência Social, Marcello Caetano. O objetivo é fazer com que as mudanças ocorram mais rápido em todo o País. Na prática, a emenda ao texto, se aprovada, vai pressionar governadores e prefeitos, uma vez que os servidores estaduais e municipais vão lutar pela aprovação de uma reforma mais benéfica do que a oferecida pelo texto federal. O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, apresentou a proposta em reunião com os deputados da base na comissão da reforma da Previdência, no final da tarde de ontem (27).

► STF

Fachin deve deixar para abril decisão sobre inquéritos

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), deve decidir apenas em abril sobre os 320 pedidos feitos pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, relacionados à delação da Odebrecht.

A informação foi dada pela assessoria do STF. Fachin, segundo o tribunal, pretende decidir de uma vez só sobre todas as petições, que incluem a abertura de 83 inquéritos para investigar políticos com foro na corte.

Até lá, o material batizado de "lista de Janot", por conter os nomes dos investi-

gados-permanece em segredo de Justiça.

Além dos 83 pedidos de abertura de inquérito, há 211 de declínio de competência, 19 providências e 7 arquivamentos.

Na lista de Janot estão ministros do governo de Michel Temer, senadores e deputados, além de governadores, ex-governadores e outros políticos e pessoas sem foro no Supremo.

Os 320 pedidos foram feitos com base nas delações premiadas de 77 executivos e ex-executivos da Odebrecht. São executivos e ex-executivos, incluindo Emílio e Marcelo Odebrecht,

que trataram, em acordo com a Justiça, sobre pagamento de propina e entrega de dinheiro por meio de caixa dois com o objetivo de reduzir as penas nos processos da Lava Jato.

A delação de outro funcionário do grupo, Fernando Migliaccio, não entrou neste pacote de pedidos da PGR, entregue em 14 de março ao STF.

O material foi digitalizado durante dias e só chegou ao gabinete de Fachin na semana passada.

De acordo com a assessoria do Supremo, os trabalhos no gabinete "entrarão pelo mês de abril". (FP)



PRAZO Temer - após reunião com Meirelles - decidiu apoiar a proposta aos estados